

PRODUÇÕES NACIONAIS SOBRE ENSINO DE FILOSOFIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES¹

Alessandra da Silva Carrijo
Cepae/UFG
Evandson Paiva Ferreira
Cepae/UFG
Comunicação livre
Cultura e processos educacionais

Objetiva-se apresentar de forma analítica os resultados preliminares de uma pesquisa que procurou fazer um levantamento do estado da arte da produção acadêmica sobre a temática ‘ensino de filosofia no Brasil’ no período de 1997 a 2007, ou seja, após a promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os dados coletados até o momento nos revelaram que o campo de investigação sobre ‘Ensino de Filosofia no nível Médio no Brasil’, é ainda muito ‘tímido’ e as produções ainda incipientes. O procedimento metodológico consistiu na análise de conteúdo de cada resumo das dissertações e teses afins com a temática ‘ensino de filosofia’. Pretende-se apresentar as temáticas que têm sido mais estudadas, as instituições e regiões do Brasil que mais têm produzido, as temáticas que vêm sendo objeto desses estudos e o modo como vêm sendo abordadas.

Palavras-chave: ensino de Filosofia; produções acadêmicas; Brasil.

O objetivo desta exposição é apresentar alguns dos resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa denominada “As condições de Ensino da Filosofia na rede estadual de Goiás”, que vem sendo realizada pelo Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação/Cepae em parceria com a Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal de Goiás, desde 2008. Esta tem como finalidades básicas: a) fazer um levantamento bibliográfico do estado da arte da produção nacional sobre ‘ensino de filosofia’ em nível *Stricto Sensu*, no período de 1997 a 2007, seja, após a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96); b) investigar e analisar *in lócus* as condições da presença da filosofia hoje no ensino médio na rede estadual de Goiás.

O referido projeto nasceu da convergência de interesses dos pesquisadores² envolvidos que embora estejam em diferentes momentos de suas trajetórias acadêmicas e profissionais têm procurado refletir sobre as condições da presença da filosofia na rede estadual de Goiás, após a sua reintrodução nos currículos do ensino médio no Estado, por meio da Resolução nº. 291, de 16 de dezembro de 2005, bem como sobre a produção acadêmica afim com esta temática.

Sabe-se que com a promulgação da LDB, houve uma orientação oficial no sentido de que ao final do ensino médio todo estudante demonstrasse domínio dos “conhecimentos de filosofia e de sociologia necessários ao exercício da cidadania” (Art. 36). Todavia, na referida Lei, não são explicitadas as condições para a presença destas

¹ Estes dados referem-se às produções acadêmicas em nível *Stricto-Sensu* sobre ensino de filosofia no nível médio, no período 1997 a 2007, encontradas no site da Capes.

² Os pesquisadores envolvidos no projeto pertencentes à Faculdade de Filosofia da UFG são: prof. Dr. Gonçalo Armijos Palacios e profa. Dra. Adriana Delbó.

disciplinas neste nível de ensino. Nem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, instituídas por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação/CNE de n.º 3, de 26 de junho de 1998, especificam as condições necessárias para a sua inclusão no currículo da Educação Básica. Elas tão-somente ratificam o que já está explícito na LDB, afirmando em seu artigo 10º, § 2º, alínea b, que “(...) as propostas pedagógicas das escolas deverão assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado para conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Nada acrescentando de novo no que concerne às condições de sua presença nesta modalidade de ensino.

Somente em 2006, ou seja, quase dez anos após a promulgação da LDB é que a Resolução do CNE de n.º 4, de 16 de agosto, veio introduzir uma alteração no artigo 10º das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (Resolução n.º 3/98), esclarecendo, pelo menos em tese, o caráter da presença destas disciplinas neste nível de ensino. Nela, afirma-se categoricamente que “no caso de escolas que adotarem, no todo ou em parte, organização curricular estruturada por disciplina, deverão ser incluídas as disciplinas de filosofia e sociologia” (art. 1º, § 3º). Contudo, foi apenas em 2008, com a aprovação da Lei n.º 11.684 - que altera o art. 36 da Lei n.º 9.394, de 1996 - que, finalmente, a filosofia e a sociologia são formalmente incluídas como disciplinas obrigatórias no currículo do Ensino Médio.

O interesse em estudar as condições reais da presença da filosofia hoje na rede pública do estado de Goiás está pautado, portanto, na crença de que embora a lei seja condição necessária, não é, entretanto, condição suficiente para a realização da filosofia no Ensino Médio. Sendo assim, repensar as condições da presença na filosofia neste nível de ensino por meio da análise dos condicionantes vinculados, direta e indiretamente à práxis do educador, contribuirá para a elucidação e redefinição do seu conteúdo e da sua forma, nesta etapa crucial de desenvolvimento do educando.

O referido interesse está pautado ainda na hipótese de que se as condições da presença da filosofia neste nível de ensino não forem satisfatórias haverá a possibilidade de os seus objetivos, enquanto disciplina serem inviabilizados, gerando uma situação tal “(...) que a presença da filosofia no ensino médio pode resultar inócua e inexpressiva na formação dos educandos deste nível de ensino”. (Alves, 2002, p. 71). Daí a importância e mesmo a necessidade de se examinar criteriosamente estas condições e, se for o caso, propor ações que subsidiem a construção de melhores e mais eficientes estruturas metodológicas e didático-pedagógicas.

Todavia, o foco desta exposição estará centrado, sobretudo, na análise crítica dos resultados encontrados na primeira etapa de investigação. Trata-se, portanto, de apresentar o mapeamento e a categorização dos resumos das ‘teses e dissertações’, defendidas no período de 1997-2007, em Programas de Pós-Graduação credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). No período estipulado para o estudo foram encontrados 46 trabalhos, sendo 11 (onze) teses e 35 (trinta e cinco) dissertações.

O levantamento feito até o momento nos revelou que o campo de investigação sobre ‘Ensino de Filosofia no nível Médio no Brasil’, é ainda muito ‘tímido’ e as produções ainda incipientes, especialmente se comparadas com as investigações voltadas para as outras licenciaturas, sobretudo a Pedagogia.

Para fazer o levantamento documental das teses e dissertações cuja categorização dos resumos é aqui apresentada, foi realizada uma criteriosa consulta eletrônica na *Home Pageda* Capes e extraídos os resumos sintéticos de cada uma das produções discentes que continham em seus títulos (em todo ou em parte) as seguintes expressões: “Ensino de Filosofia”, “A Filosofia na LDB”, “Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (N.º 9394/96)”, “Filosofia no Ensino Médio” e “Professor de Filosofia”.

É importante ressaltar que esta análise não dispensa a necessidade de um estudo integral de todos os trabalhos encontrados. O que, aliás, já vem ocorrendo desde o início do 2º semestre de 2008, por meio do envolvimento dos estagiários do curso de Licenciatura em Filosofia da UFG. Tal envolvimento se justifica pelo fato de acreditarmos na indissociabilidade entre ensino e pesquisa na formação inicial enquanto requisito fundamental para a constituição de um profissional crítico, reflexivo e capaz de intervir conscientemente na realidade sócio-educativa.

É importante ressaltar que essa iniciativa de envolvimento dos estagiários é uma tentativa de oferecer resistência à tendência hoje predominante nos cursos de filosofia no Brasil, onde ainda é muito comum a crença de que a pesquisa esteja dissociada do ensino, como se fosse possível ser um bom professor sem pesquisar a própria prática (Gallo e Kohan, 2002).

Quanto ao procedimento metodológico utilizado nesta primeira etapa da investigação, o mesmo consistiu na análise de conteúdo (AC) de cada resumo das dissertações e teses encontradas, afins com a temática ‘ensino de filosofia’. A categorização foi feita por dois pesquisadores em dois momentos distintos. Em um primeiro momento foi feita de forma individual por cada um dos pesquisadores e em um segundo momento, por meio da discussão minuciosa das congruências e convergências das duas distintas análises, que objetivou extrair um ‘denominador comum’. Foram encontradas 9 (nove) diferentes categorias que, contudo, não se auto-excluem. Sendo assim, esta categorização se justifica apenas enquanto instrumento de objetivação da análise, uma vez que muitos dos temas que aqui são apresentados de forma separada possuem estreita relação com os demais.

No que se refere às temáticas mais estudadas nestes programas de Pós-Graduação *Stritcto Sensu*, foi possível verificar que a temática relacionada à *Trajetória legal e histórica da filosofia no nível médio no Brasil*, foi a que mais se sobressaiu. De fato, 13 dos 46 trabalhos encontrados se ocuparam com esta temática (o que corresponde a 28, 27% deste total).

A explicação para a grande incidência de estudos sobre esta temática encontra-se no caráter instável de permanência desta disciplina nos currículos escolares ao longo da história político-educacional brasileira, pois, se fizermos um *feedback* verificamos que,

Do período colonial até a república, a *filosofia* teve presença garantida, porém como pano de fundo para a preparação aos cursos superiores; da 1ª república até 1964, sua presença foi indefinida no ensino; no período da ditadura, de 64 a 1979, ficou ausente do ensino; a partir de 80 com a redemocratização houve o controle no ensino de filosofia. Após a LDB/96, a filosofia passa a ser recomendada, mas continua, em última análise, com o caráter de uma disciplina optativa. (Alves, 2002). (grifo nosso)

Percebe-se, assim, que esta instabilidade no que diz respeito à presença da filosofia no nível médio nestes diferentes momentos históricos acima explicitados está estreitamente relacionada aos tipos de projetos políticos e sociais adotados em cada período que, como se sabe, ora se mostraram arrojados, ora reacionários. Realidade esta que acabou por incidir, inevitavelmente, na questão da presença ou não da filosofia na escola nestes diferentes períodos. O que reforça, por sua vez, a idéia da importância política da filosofia enquanto ‘instrumento’ capaz de promover a reflexão crítica e desenvolver a autonomia, coisa que nem sempre era desejada, dependendo do momento

histórico vivido.

Três outras temáticas estão em segundo lugar no rol das mais estudadas nestes programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com um percentual não tão significativo. Uma delas está relacionada com a elucidação das *Concepções de ensino de filosofia que têm sido adotadas para o nível médio*; a outra está voltada para a discussão sobre *Didática e prática de ensino da filosofia neste nível de ensino*, e a última diz respeito à *Formação inicial e prática docente*. Cada temática possui 8 (oito) das 46 produções encontradas, o que representa um percentual de 17,39% para cada caso.

Como vimos, 8 dos 46 trabalhos produzidos (ou 17,39%) se ocuparam com a temática *Didática e Prática de ensino de filosofia no nível médio*. O que, a nosso ver, representa um número relativamente inexpressivo, especialmente se considerarmos a importância desse tipo de estudo para a construção de abordagens teóricas e instrumentos práticos que auxiliem no enfrentamento dos desafios e dificuldades inerentes à tarefa de despertar os jovens para a reflexão filosófica, bem como para transmitir aos alunos do ensino médio o legado da tradição e o gosto pelo pensamento inovador, crítico e independente.

Esta realidade, contudo, segundo autores como Ribas, Meller e Gonçalves (2004) perpassam todo território nacional. De fato, os estudos realizados por estes autores revelaram que “(...) no Brasil as publicações sobre metodologia do ensino de filosofia, assim como sobre a formação inicial e continuada de professores de filosofia é muito restrita, quase inexistente”. (p. 180) O que coaduna, por sua vez, com os resultados encontrados por nós em nossa pesquisa.

Talvez a razão para a baixa produção sobre tais temáticas esteja no fato de não existir ainda no Brasil um currículo definido para a filosofia, especificamente no que se refere à educação básica. Sendo assim, esta não definição clara de quais seriam os conteúdos a serem desenvolvidos, assim como a vastidão de perspectivas, métodos e abordagens pedagógicas e filosóficas existentes, acabam por se constituírem em entraves à elaboração de metodologias eficientes e capazes de promover a verdadeira efetivação da filosofia na escola, bem como de subsidiar os educandos, teórica e metodologicamente, para intervirem de forma efetiva, ativa e reflexiva na realidade em que vivem (Gallo e Kohan, 2002).

Retomando a exposição da categorização temática, foram encontradas ainda 4 (quatro) produções cujo objetivo era elucidar a *Representação social da filosofia no nível Médio de ensino*, na perspectiva de diferentes atores (alunos, professores, diretores e coordenadores). Produções estas que corresponde a 8,70% dos trabalhos encontrados no nosso levantamento.

As temáticas menos estudadas foram: *Especificidade do Ensino da Filosofia e Necessidades Formativas* com duas produções apenas (o que equivale a 4,34%), *Proposta curricular para o ensino de filosofia no nível médio*; *Epistemologia da prática docente* *Processo de seleção de professores de Filosofia*, apenas 1 (uma) produção cada, todas em nível de mestrado (O que representa um percentual de 2,17% em cada caso).

Uma outra preocupação que tínhamos ao dar início a este estudo era a de mapear estas produções discentes por região geográfica, com vistas a verificar onde se concentraram tais estudos. Ao localizar as regiões que mais produziram ao longo desse período, buscamos em seguida verificar quais Instituições de Ensino Superior mais se destacaram na produção destes trabalhos. Desse modo, foi possível constatar que a produção discente sobre ensino de filosofia no Brasil concentra-se nas regiões sudeste, com 51,12% de todas as produções, e sul, com 28, 89% dos trabalhos produzidos dentro

do período analisado (1997-2007). Juntas, as duas regiões contabilizam 80,01% de toda produção nacional sobre o assunto, em nível de pós-graduação *Stricto Sensu*, registrada pela Capes.

A região que menos produziu sobre a temática foi a região norte, responsável por apenas uma produção (o que equivale a 2,23% do total encontrado). As regiões nordeste e centro-oeste possuem quatro produções cada uma, o que equivale dizer que cada uma delas é responsável pelo percentual de 8,88% da produção nacional.

Em Goiás, especificamente, foram registradas apenas duas produções, todas vinculadas à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, em nível de Mestrado. Uma delas foi defendida em 2000 e a outra em 2001. Ambas objetivaram estudar a trajetória legal e histórica da filosofia enquanto disciplina no nível médio, ainda que sob diferentes perspectivas.

A dissertação defendida no ano de 2000, vinculada à linha de pesquisa *Educação, Sociedade e Cultura*, objetivou apresentar uma análise crítica da trajetória legal e histórica da filosofia no nível médio, no estado de Goiás. Objetivou ainda demonstrar que a filosofia, enquanto disciplina, tem servido mais para atender aos interesses dominantes do que para proporcionar o desenvolvimento crítico-reflexivo nos alunos desse nível de ensino. Já a dissertação defendida no ano de 2001, com o objetivo compreender os limites, os avanços e as possibilidades colocadas ao ensino da filosofia, no nível médio, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº. 9394/96 e da Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás, Lei Complementar Nº. 26/98, vincula-se à linha de pesquisa *Cultura e Processos Educacionais*. Verificou-se, assim, nesse levantamento preliminar, que não existe ainda nenhuma produção regional que objetive tomar o curso de filosofia e o processo de formação do professor que irá atuar no nível médio de ensino, como objeto de estudo. Não existe, sequer, nos registros da Capes, teses e dissertações que tenham partido das Faculdades de Filosofia aqui no Estado, consideradas, em tese, *locus* privilegiado de formação do professor desta disciplina e de fomentação de discussões relativas ao seu ensino.

A seguir serão apresentados os dados referentes às instituições que mais produziram sobre a temática tanto em nível de mestrado quanto de doutorado.

A Universidade de São Paulo foi responsável pela produção de 7 dos 46 trabalhos produzidos, sendo que 5 são em nível de Mestrado e 3 em nível de Doutorado. Em seguida temos a Universidade de Campinas, com 4 produções em nível de mestrado e 2 em nível de doutorado. A universidade Federal de Santa Maria vem em terceiro, sendo responsável por 5 de todos os trabalhos encontrados, todos em nível de mestrado. Na Universidade Federal de Santa Catarina foram encontradas duas dissertações e uma tese, ou seja, 3 do total de trabalhos encontrados. As demais produções estão distribuídas pelas diversas universidades do Brasil, lembrando que, embora de forma pouco significativa em termos numéricos (já que no geral encontramos de 1 a 2 produções nas demais instituições de ensino), estas produções concentram-se nas regiões sul e sudeste. Outro dado relevante é que estas produções se concentram quase que exclusivamente em instituições públicas de ensino. De fato mais de 95% dos trabalhos encontrados foram produzidos em instituições dessa natureza.

Hoje, além da pesquisa bibliográfica e dos resultados que aqui apresentamos, estamos na fase de aplicação dos questionários nas escolas públicas estaduais selecionadas e pretendemos publicar os resultados completos referentes a este levantamento bibliográfico no primeiro semestre de 2010.

É importante ratificar, por fim, que os trabalhos desenvolvidos nessa pesquisa, assim como outros trabalhos conjuntos realizados pelo Centro de Ensino e

Pesquisa Aplicada à Educação/Cepae e pela Faculdade de Filosofia, ao longo do segundo semestre de 2008 e início de 2009, são resultado desta preocupação comum com a formação do professor de Filosofia e com as questões relativas ao seu ensino. Preocupação esta que nos motivou ainda a propor a criação de um Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Ensino da Filosofia.

A referida proposta já foi submetida aos Conselhos Diretores das nossas unidades no mês junho do corrente ano e se configura como uma promessa em termos de avanços nesta área de estudo, especialmente porque, conforme vimos, há uma carência de produções focalizadas no processo de formação do professor de filosofia que irá atuar no ensino médio, bem como em metodologias de ensino.

Diante dessa realidade, uma das principais metas do Núcleo é a de constituir-se em centro de referência de estudos e pesquisas sobre o processo e as condições do ensino da filosofia, bem como sobre a formação de professores desta disciplina na região Centro-Oeste.

Referências Bibliográficas

ALVES, Danton José. *A filosofia no Ensino Médio – ambigüidades e contradições na LDB*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 de dezembro de 1996, p. 27849.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 03, de 26 de junho de 1998. Estabelece as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio.

BRASIL, Presidência da República, [Lei Nº 11.684, de 2 de junho](#) de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a filosofia e a sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº., de 16 agosto de 2006, que altera o artigo 10º da Resolução n.º 3/98, de 26 de junho de 1998.

BRASIL. Resolução do Conselho Nacional de Saúde, de nº. 196 de 10 de outubro de 1996. Estabelece Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos.

BRASIL, Lei Federal 8.069/1990, que fixa o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), 2006.

GALLO, Sílvia, KOHAN, Walter Omar (org.) *Filosofia no Ensino Médio*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GOIÁS, Resolução nº. 291, de 16 de dezembro de 2005, Regulamenta a inclusão da Filosofia e da Sociologia na Educação Básica, no âmbito do sistema educativo de Goiás e dá outras providências.

HORN, Geraldo B. Dois enfoques sobre a história da filosofia no ensino médio brasileiro. In: GALLO, Sílvio, KOHAN, Walter Omar (org.) *Filosofia no Ensino Médio*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

RIBAS, M. A. C.; MELLER, M. C.; e GONÇALVES, R. Repensar da filosofia no ensino médio. In: ÂNDIDO, C.; CARBONARA, V. (Orgs.). *Filosofia e ensino – um diálogo interdisciplinar*. Rio grande do sul: Editora Unijuí, 2004.